



A pergunta que não quer calar: o silenciamento como prescrição do trabalho jornalístico

Claudia Nonato¹

Universidade Paulista (UNIP)

Fernando Felício Pachi Filho²

Faculdade Engenheiro Salvador Arena

Talitha Paratela³

Universidade de São Paulo (USP)

Resumo: O que o jornalismo escolhe não cobrir pode ser tão significativo quanto o que é publicado. Este artigo apresenta uma pesquisa introdutória que investiga os sentidos e as diversas perspectivas que podem ser adotadas ao abordarmos o silêncio e o silenciamento no jornalismo. Para isso, são utilizados como *corpus* três exemplos de notícias que foram omitidas pela mídia: uma por ausência, outra por estratégia e a última por autocensura dos próprios jornalistas. Como paradigma teórico-metodológico, nos valem da Análise de Discurso de linha francesa. Os resultados apontam que o silêncio é de fato constitutivo das rotinas de trabalho jornalístico, havendo posições e formações discursivas apagadas em consonância com os discursos hegemônicos. Observa-se que o silêncio é variável conforme os regramentos institucionais que os veículos de comunicação se impõem como estratégia, distinguindo-os da circulação discursiva indiscriminada para os acontecimentos

Palavras-chave: jornalismo; comunicação e trabalho; silêncio no jornalismo; prescrição do trabalho jornalístico; Análise do Discurso

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela USP. Professora do PPGCOM da Universidade Paulista (UNIP). Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Escola de Comunicações e Artes da USP (CPCT/ECA-USP). E-mail: claudiacnonato@gmail.com.

² Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Faculdade Engenheiro Salvador Arena. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Escola de Comunicações e Artes da USP (CPCT/ECA-USP). E-mail: fernandopachi@gmail.com

³ Doutoranda em Ciências da Comunicação pela USP, mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e bacharela em Letras pela USP. Pesquisadora do CPCT/ECA-USP. E-mail: talithaparatela@gmail.com.

1. Introdução

O silêncio é pano de fundo para a instauração do discurso, mas também pode ser um comportamento imposto ou uma atitude utilizada por indivíduos para evitar o embaraço e o conflito num gesto de proteção contra o flagelo público (Wainberg, 2017). Na perspectiva da psicologia social, o silêncio se relaciona ao comportamento de manada, produzindo também autocensura, silêncio e repressão à dissidência. Wainberg (2017) enumera extensa tipologia de silêncios, que envolvem aspectos socioculturais, estéticos, linguísticos, retóricos, interacionais, temáticos, textuais, situacionais. Ademais, considera-se a multiplicidade de sentidos que podem ser atribuídos ao silêncio, como ponderação, o medo de se expressar, a discordância, a dúvida, a indecisão, emoção, desinteresse, entre outros, que variam em função da perspectiva analítica adotada. São muitas as perspectivas que podem ser utilizadas para abordagem do silêncio no âmbito do jornalismo. Tendo como base teorias consagradas no campo dos estudos jornalísticos, observam-se possibilidades de análise a partir da hipótese da *agenda setting*, de McCombs e Shaw, (1972), da teoria organizacional de Warren Breed (1955) e da espiral do silêncio, de Nöelle-Neuman (1972).

Neste trabalho, consideramos o silêncio como parte do processo de significação e dos modos de produção das notícias. Pode se manifestar no ocultamento de informações, de atores, fontes ou ser deliberadamente utilizado para sustentar posições e vieses das notícias, situações que também devem ser interpretadas em função das condições de produção discursiva e de aspectos sócio-históricos. Assim, os processos comunicacionais são atravessados por conflitos e interesses, as mediações são seletivas e produzem ditos e não ditos (Braga, 2010).

Diante dessas questões, o objetivo deste artigo é apontar possibilidades de compreensão do funcionamento do silêncio como instância de significação no trabalho e na produção jornalística. Para isso, foram utilizados exemplos de notícias veiculadas e com circulação em plataformas digitais. As análises foram feitas com apoio da Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Espera-se contribuir para o entendimento do silêncio e do silenciamento como modo de produção de sentidos que constitui a prática jornalística

e adquire outras possibilidades interpretativas no contexto da plataformização (Poell; Nieborg; Van Dijk, 2020).

2. O silêncio e o silenciamento no jornalismo

O silêncio pode ter vários significados, positivos e negativos. No caso do jornalismo, cuja verdade dos fatos deveria ser a base da sua existência, vários episódios de silêncio foram apresentados ao longo da história, seja por parte dos profissionais ou das empresas de comunicação. Casos de silêncio e alienação da informação. Silenciar, no sentido de silenciamento, invisibilizar fatos, escolher o que vale a pena ou não ser noticiado. Góes (2022, p. 30) destaca que não se pode confundir silêncio com silenciamento. “Silenciamento é a manipulação, o manejo do silêncio”. Para o autor, essa diferenciação “envolve pensar na construção do visível e, principalmente, do invisível nas tramas do regime de visibilização empreendidas por vários atores no jornalismo” (idem).

O funcionamento do silêncio no jornalismo convoca a uma reflexão sobre suas motivações, a opacidade de seus significados, e sua tipologia. É necessário, portanto, analisar como o silêncio vai compondo a informação jornalística desde a sua seleção. Wolf (2012) explica que a noticiabilidade resulta de negociações e tensionamentos entre a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho com vistas à padronização da rotina e das práticas produtivas. Os critérios de noticiabilidade adotados acabam por direcionar a cobertura e os sentidos produzidos.

Lage (2013) explica que o jornalismo se inscreve numa complexa rede de interesses, estratégias e lógicas de funcionamento que determinam ou indeterminam os acontecimentos. Ademais, aspectos como a saliência do acontecimento, que reside em algo notável, inesperado ou na desordem são considerados como fatores de noticiabilidade. (Charaudeau, 2013). Isso faz com que o jornalista tenha seus óculos particulares (Bourdieu, 1997), ou seja instrumentos que permitem que os acontecimentos sejam vistos de uma determinada forma e mesmo não vistos. Há, portanto, filtros culturais e valores-notícias que influenciam o que deve ser dito e o que será silenciado. O resultado

é a prevalência de uma formação discursiva que sobredetermina e contribui para a constituição de uma memória social acerca dos acontecimentos.

Por fazer parte das rotinas produtivas do jornalismo, ele é também incorporado na atividade de trabalho, como prescrição para o desempenho das funções dos jornalistas e como norma das organizações jornalísticas na constituição de seu lugar social e na posição ideológica que assumem. Os constrangimentos organizacionais e a necessidade de o profissional estar em conformidade com as normas e a política editorial compõem o processo de socialização do jornalista no mundo do trabalho, como explica traquina (2005) tendo como base a teoria organizacional de Warren Breed. Estas normas se ancoram na atividade concreta de trabalho, condicionando o fazer jornalístico na sua constituição, formulação e circulação discursiva (Orlandi, 2008). O comportamento dos profissionais no campo jornalístico vai sendo moldado aos ambientes de trabalho por meio de um sistema tácito de aprendizado que se ancora na rotina de trabalho. Para Nonato, Bulla e Figaro (2016), o silenciamento está presente nos processos de trabalho do jornalista, “à medida que se estabelecem prescrições para o trabalho que cerceiam o pleno desenvolvimento da atividade do profissional”.

Ao examinar a produção histórica do silêncio no jornalismo, Donovan e Boyd (2019), entendem que as principais mudanças ocorreram a partir da introdução das mídias e portais de notícias online por meio das empresas de plataforma, que passaram a fazer a curadoria das notícias junto com o conteúdo gerado pelos usuários, tornando-se responsáveis pela moderação desse material em grande escala. Ainda segundo as autoras, foi a partir do surgimento desses “novos gatekeepers” que houve uma ampla distribuição de conteúdo falso, levando à desinformação e à desconfiança das instituições.

Para as autoras, o silêncio pode ser estratégico⁴ (uma discricção editorial para o bem da esfera pública) ou por ausência (não dizer, não mostrar, deliberadamente ou não); também pode evitar ou causar danos públicos. O silêncio estratégico é uma prática editorial em que profissionais da mídia avaliam quando publicar informações,

⁴ Conceito que surge durante as décadas de 1960 e 1970, nos movimentos dos direitos civis, quando acadêmicos e jornalistas passaram a questionar possíveis omissões editoriais a respeito da violência de grupo brancos contra grupos de direitos civis negros. Tal crítica levou a uma reflexão ética, e mudança na cobertura jornalística dos direitos civis, que se refletiram ao longo dos anos (Donovan; Boyd, 2019).

considerando impactos sociais e comunitários. Por meio da seleção e omissão de vozes, jornalistas decidem o que amplificar, seja para evitar a propagação de mensagens nocivas ou para fortalecer uma comunidade informada. Essa estratégia não significa censura, mas sim responsabilidade sobre o que se destaca no ecossistema midiático (Donovan; Boyd, 2019). Fato é que o silêncio possui um protagonismo cada vez maior nas práticas editoriais e de moderação de conteúdo nas páginas de notícias e plataformas de mídia. Pouco se fala a respeito. Ou seja, o silenciamento também está inserido na pesquisa acadêmica.

2.1. Silêncio como prescrição em tempos de plataforma e IA

A introdução das tecnologias e mídias digitais e a distribuição de notícias online modificaram não só a configuração das empresas de comunicação, como também o trabalho e a subjetividade dos jornalistas no século XXI (Figaro 2024). Hoje pessoas comuns são capazes de se comunicar em grande volume e impacto. Mas agora as empresas de plataforma são as grandes controladoras: fazem a mediação, a curadoria do conteúdo gerado pelo usuário e ainda se apropriam dos seus dados. Figaro e Nicoletti (2022) denominam as empresas de plataforma como aquelas que vendem dados e atuam no mercado da informação da publicidade e dos algoritmos com diferentes finalidades, impondo outra relação de tempo/espaço para a realização do valor. São “organizações capitalistas, privadas que disponibilizam infraestrutura de tecnologia para dar suporte a relações comerciais das mais diversas e operam com dados” (Figaro; Nicoletti, 2022, p. 3).

A informação em rede está centralizada e é distribuída por grandes plataformas (Google/Alphabet, X e Facebook/Meta), movimento que ao mesmo tempo amplia a desinformação e a falta de confiança no jornalismo. Os grandes barões da mídia hoje são superados por manipulação dos algoritmos, esquemas de publicidade e otimização de mecanismos de busca e cliques. As novas relações de trabalho, baseadas na plataforma, iniciam um processo de reestruturação, que desqualifica vínculos trabalhistas e a legislação de direito do trabalho, levando o trabalhador a se responsabilizar por todos os custos do trabalho (Figaro; Nicoletti, 2022). Segundo as

autoras, “no jornalismo, a plataformização opera na precarização dos vínculos de trabalho e no redesenho das rotinas produtivas, muda os processos de trabalho e dá prevalência às lógicas da monetização das audiências” (idem, p. 4).

Nesse cenário, problemas estruturais da sociedade se fazem presentes e atravessam o mundo digital, tanto na dimensão simbólica, quanto na dimensão material (Monagreda, 2024). Questões relacionadas aos oprimidos são ainda mais invisibilizadas. O silêncio não é somente opressivo, mas produzido ativamente. O silêncio se torna disponível para pessoas diferentes em certos contextos. Os editores decidem quais histórias são publicadas, o que também significa produzir silêncios intencionais na cobertura. Os repórteres, por sua vez, obedecem a demandas, omitindo histórias, perguntas, vozes, agendas. Nesse processo, a prática da autocensura também é recorrente. O silêncio é uma forma de censura disfarçada imposta pela mídia em relação a determinados temas. Para Venício Lima (2011) a grande mídia é a principal mediadora e construtora dos espaços públicos, e, quando omite algo desse espaço, sonega ou exclui a possibilidade desse tema fazer parte do conhecimento e do debate público.

A inteligência artificial (IA) tende a ampliar o silenciamento dos profissionais de imprensa. Sareeta Amrute (2025) aborda a IA sob a ótica do “mundo majoritário”. Para ela, quando essas tecnologias emergem, “questões de enquadramento e narração se intensificam, em parte devido à forma como essas tecnologias se inserem em arranjos de poder circulatórios e auto justificáveis” (Amrute, 2025, p. 2), o que nesses momentos, representa a primazia de uma tecnologia específica de um lugar específico, ou seja, de uma única e dominante forma de ver o mundo, “consolidando ainda mais a autoridade de uma visão limitada”. Ou seja, o silenciamento pode ter um viés mais negativo, perverso, de repressões nítidas ou de opressões dissimuladas. Para Góes (2022, p. 30), “silenciar, mesmo voluntariamente, indica algum tipo de opressão”. Desastres ambientais, crises humanitárias, casos de suicídio, tiroteios em escolas, crimes de racismo: o que a mídia escolhe não cobrir pode ser tão significativo quanto o que ela cobre, como os exemplos que veremos a seguir.

3. Metodologia: o silêncio sob a ótica da Análise do Discurso (AD)

A Análise do Discurso tem como objeto o estudo de produções verbais no interior de suas condições sociais de produção, que são tomadas como partes integrantes do processo de significação e formação dos discursos (Paveau, 2006). Gregolin (2007) prefere defini-la no campo de estudos que tem por objetivo compreender o processo de produção social de sentidos, cujo fundamento consiste na elaboração realizada por sujeitos históricos na materialidade da linguagem. Neste aspecto, há uma convergência necessária com os estudos de mídia, dada a centralidade da comunicação para a compreensão dos sentidos em circulação no meio social. Ademais, a mídia é um objeto privilegiado tanto pela AD como pelas Ciências da Comunicação. Tomada como prática discursiva, as mídias se inserem em processos históricos e seu funcionamento deve ser analisado tendo por base a circulação dos enunciados, as posições dos sujeitos e as materialidades que incorporam os sentidos, além das articulações dos enunciados com a história e a memória (Gregolin, 2007).

Na perspectiva adotada por Michel Pêcheux (1997), a AD é de fato um campo transdisciplinar e o objeto discurso pode ser apreendido na confluência entre língua, sujeito e história pelo cruzamento de conceitos advindos da linguística, da psicanálise e do materialismo histórico. Para Pêcheux (1997), é crucial a compreensão do funcionamento das ideologias que têm no discurso sua materialidade. Em sua formulação teórica, a língua, como base dos processos discursivos, é afetada pela ação contraditória das lutas de classes e está sujeita a relações de força e de sentido. Como consequência, a AD pecheutiana considera o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores e não apenas transmissão de informações (Orlandi, 2009). Assim, os sentidos de palavras e expressões ou proposições não são evidentes tampouco imanentes, mas são determinados por posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico de significação pelo qual recebem seu sentido de formações discursivas nas quais são produzidas (Pêcheux 1997, p. 160-161). São as formações discursivas, portanto, que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma determinada posição em uma conjuntura dada.

Na base de sua formação, a AD busca reintegrar o sujeito e suas práticas languageiras, articulando-as ao contexto e às condições em que se produzem. O sujeito, para a AD, é interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente, ou seja, ele não tem

consciência desses processos, porém acredita-se na origem do seu dizer. Nesse sentido, a ideologia garante o funcionamento discursivo e produz o efeito de evidência dos sentidos e dos sujeitos. Ela fornece as evidências de sentido, apagando o caráter material do sentido (Pêcheux, 1997, p. 160).

Na esteira do pensamento de Pêcheux, Orlandi (2007) busca alargar a compreensão dos processos discursivos incorporando sua noção de silêncio. Para esta autora, a reflexão sobre a linguagem envolve o silêncio, sendo ele mesmo fundante dos processos de significação. O silêncio remete ao caráter incompleto da linguagem, que inclui a errância dos sentidos, o equívoco, o *non sense* e o que não pode ser apreendido ou contido na linearidade da língua. Ele não representa, portanto, um domínio vazio e sem sentido. Ao contrário, tem uma materialidade simbólica diferente das palavras e faz parte do processo de significação, permitindo ao sujeito elaborar as contradições que lhe constituem, sua relação com o outro e com outros discursos. Por isso, a compreensão de um discurso passa necessariamente pela observação daquilo que sistematicamente ele cala (Orlandi, 2007). O silêncio abre ainda a possibilidade de mudanças nos sentidos, que sempre podem vir a ser outros, e de novos efeitos de sentido, garantindo a polissemia da linguagem.

Na perspectiva de Orlandi (2007), há uma política do silêncio, que pode ser analisada considerando o silêncio constitutivo e o silêncio local. Em seus dizeres, os sujeitos se inserem em formações discursivas determinadas historicamente e conferem sentidos ao seu discurso, apagando outros sentidos possíveis e que entram em choque com as situações e as próprias formações discursivas. Estabelecem-se assim os limites entre as formações discursivas. Este é o silêncio constitutivo presente em todo processo discursivo.

No silêncio local, há censura ou impedimento do dizer, gerando efeitos de silenciamento na materialidade linguística e histórica. A censura afeta a formação e a movimentação de sentidos, intervindo na divisão entre dizer e não dizer e impedindo os sujeitos de elaborarem historicamente os sentidos. Como sustenta Orlandi (2007), sujeitos e sentidos se constituem ao mesmo tempo e com a censura, o sujeito é proibido de ocupar posições no discurso e inscrever-se em outras formações. Em síntese, neste caso, o sujeito não pode sustentar outro discurso. No entanto, como não é possível barrar completamente

o movimento dos sentidos, dos sujeitos e da história, a censura tem como contraparte a resistência, que em termos discursivos promove a ressignificação dos dizeres no contexto hegemônico.

Ao analisar o processo discursivo das mídias, Indursky (2017) dá continuidade ao estudo do silêncio na tradição da AD materialista de Pêcheux e Orlandi. Nas mídias tradicionais e de grande circulação, ocorre o que Indursky denomina de repetibilidade, ou seja, elas acolhem em seu interior saberes da formação discursiva dominante, selecionando aspectos e os repetindo exaustivamente até produzir efeitos de realidade, que correspondem de fato ao que pode e deve ser dito no espaço editorial, e de verdade, obtidos pela saturação dos sentidos. A seletividade opera de modo positivo, direcionando os sentidos possíveis e passíveis de serem discursivizados; e negativo, ao apontar o que deve ser omitido ou diminuído. Neste funcionamento, são excluídas tomadas de posição que poderiam resultar em diferentes efeitos de sentido.

Os gestos de interpretação realizados para os acontecimentos adquirem assim a forma da verdade. Teríamos como consequência uma forma de silêncio diferente, que exclui modos de relacionamento com a ideologia, que divergem da formação discursiva dominante e abalam o consenso social instaurado. A cristalização dos sentidos como resultado da formação de efeitos de realidade e de verdade objetiva produzir um efeito de memória e consenso no corpo social. Há assim um jogo entre o que deve ser memorizado e o que deve ser esquecido na memória coletiva, produzindo o que a autora denomina de política do esquecimento, subjacente à política do silêncio.

A repetibilidade também caracteriza veículos ditos alternativos, porém o que os diferencia são as condições de produção e de circulação discursiva. No cenário midiático atual, marcado pela dispersão e fragmentação, são possíveis, de acordo com Indursky (2017), diferentes gestos de leitura (Pêcheux 1994, p. 56). Há abertura para diferentes tomadas de posição nas mídias digitais alternativas, que rompe o simulacro de consenso e restitui o dissenso existente no processo político e discursivo. Ainda que haja uma desigualdade entre os veículos no que se refere ao potencial de circulação de seus discursos, expõem-se as diferentes formas de interpretação da realidade política e o pretense efeito de consenso gerado nas mídias tradicionais.

Desse modo, a análise ancorou teórica e metodologicamente na AD, e foi feita em um *corpus* formado por manchetes selecionadas por meio de um comando de busca preparado para operar no Google News, constituindo-se um clipping com base em uma escolha de palavras-chave estratégicas sobre os acontecimentos em questão. A opção pelo Google News se justifica pela indisponibilidade de softwares gratuitos de buscas e compilação de notícias no mercado da comunicação social, o que reforça a posição hegemônica de big techs como o Google/Alphabet e, conseqüentemente, seu controle dos sentidos na produção, seleção de notícias, direcionamento de sentidos e organização da memória social.

Partindo do pressuposto de que o silêncio é fundante da produção discursiva (Wainberg, 2017), tendo uma materialidade simbólica diferente das palavras e sendo parte do processo de significação (Orlandi, 2007), formula-se a hipótese de que o jornalismo reitera as lógicas de poder, privilegiando grupos sociais em detrimento de outros, através de estratégias discursivas em que o silêncio também diz, para além das palavras. Com isso, questionamos, o que é o silêncio e como opera no nível do discurso; como ele influencia a produção da informação já afetada por lógicas algorítmicas, visibilizando ou invisibilizando os sujeitos; e como os meios de comunicação se posicionam diante dos acontecimentos em vista de suas institucionalidades e seus interesses econômicos. O objetivo é focar na linguagem, afluyente entre os campos da comunicação e da linguística, e em como o silêncio funciona em seu cerne como parte das condições de produção dos significados, proporcionando uma análise do conjunto de enunciados já ditos – e não ditos – que são constitutivos dos discursos.

4. Análises das notícias

A seguir, apresentamos as análises do corpus selecionado, apresentando notícias de foram omitidas por ausência, por estratégia (Donovan; Boyd, 2019) e por autocensura dos próprios jornalistas.

4.1. Silêncio por ausência: o conflito entre República Democrática do Congo e Ruanda

Em 1960, a República Democrática do Congo se tornou independente da Bélgica e, desde então, vive um cenário de instabilidade política. Seu início foi marcado pela tentativa de separatismo da província de Katanga, apoiado pelos belgas, ocasionando na intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) a pedido do governo central. A operação da ONU visava expulsar os belgas, garantir a integridade territorial e consolidar a soberania nacional (Tchinhamá; Santos, 2020, p. 20).

Em 1965, um golpe militar depôs o então presidente Joseph Kasavubu, instaurando o regime autoritário de Joseph Mobutu Sese Seko, endossado pelos Estados Unidos. Com Mobutu, o sistema político passou a ser unipartidário e o novo Estado passou a se chamar Zaire. Seu governo se estendeu até o início da década de 1990, marcado por forte repressão, corrupção, crise econômica e violações sistemáticas de direitos humanos. A partir do governo de seu sucessor, Laurent Kabila, o país foi renomeado como República Democrática do Congo (Tchinhamá; Santos, 2020, p. 21).

A relação entre a República Democrática do Congo e seus vizinhos, como Ruanda, foi tensionada por fatores étnico-tribais históricos. O governo de Mobutu favorecia certos grupos étnicos em detrimento de outros. Essa instabilidade foi agravada pela chegada de refugiados ruandeses hutus ao leste congolês, após o genocídio em Ruanda, em 1994, o que agravou a xenofobia. Esse quadro resultou na Primeira Guerra do Congo (1996-1997), que depôs Mobutu com o apoio de Ruanda.

Após a guerra, Kabila rompeu com os ruandeses. Assim, os opositores formaram uma aliança e apoiaram militarmente grupos rebeldes congolezes. A formação desses grupos de resistência, com forte apoio externo e base tribal, desencadeou a Segunda Guerra do Congo, iniciada em 1998, com o objetivo de destituir Kabila. Em 1999, o Acordo de Lusaka, assinado na Zâmbia, buscou instaurar um cessar-fogo. Mesmo com o assassinato de Laurent Kabila e a sucessão do cargo de representante de Estado por seu filho, Joseph Kabila, a instabilidade perdurou (Tchinhamá; Santos, 2020, p. 22).

Entre 2003 e 2005, buscou-se uma transição política. No entanto, somente em 2018, Felix Tshisekedi foi eleito sucessor da família Kabila, ainda que tenha havido suspeitas de fraude eleitoral pela oposição ((Tchinhamá; Santos, 2020, p. 23). O conflito entre República Democrática do Congo e Ruanda continuou até 2025, quando houve a assinatura de um acordo de paz entre os dois Estados.

Para instaurar os sentidos dados pelos meios de comunicação, é necessário apagar essa história, situando-a no presente da cobertura e analisando-a em função de valores-notícias que conferem a dimensão da sua importância no presente recortado pelos veículos de comunicação, de modo a silenciar as camadas históricas do conflito (**Quadros 1 e 2**). Dessa forma, são normalizados os enunciados sobre conflitos que seguem os valores-notícias e a intermitência na cobertura como modo de funcionamento, no qual o silêncio por ausência deve ser interpretado à luz das condições de produção do noticiário.

Quadro 1. Clipping de notícias, através do Google News, com as principais manchetes sobre as ofensivas relativas ao conflito de República Democrática do Congo e Ruanda, datadas de janeiro de 2025. Elas foram selecionadas pelo comando de busca: “República Democrática do Congo” AND Ruanda AND conflito site:.br after:2025-01-01 before:2025-01-31. Fonte: autores(as).

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
23º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa (PR) – Novembro de 2025

.....

Data	Veículo	Manchete
01/01/2025	Istoé Dinheiro	África em 2025: os desafios para a paz no continente
07/01/2025	Política por Elas	Desafios da Geopolítica: Conflitos no Oriente Médio, crise democrática e a nova disputa por poder na Ásia
08/01/2025	Alma Preta Jornalismo	Conflito no leste da RDC provoca deslocamento de mais de 100 mil pessoas em 1 semana
20/01/2025	Capital Reset	Apple é investigada por usar ‘minérios sangrentos’
20/01/2025	Alma Preta Jornalismo	Conflito na RDC tem sinais de crimes de guerra de ambos os lados, diz Anistia Internacional
27/01/2025	Gazeta do Povo	Cinco militares brasileiros da ONU estão em batalha no Congo
27/01/2025	Folha de Pernambuco	Intensos combates em Goma entre Exército da RDC e rebeldes apoiados por Ruanda
27/01/2025	ANSA Brasil	Rebeldes pró-Ruanda avançam sobre Goma, no leste do Congo
28/01/2025	UOL Notícias	Embaixada do Brasil na República Democrática do Congo é atacada
28/01/2025	Folha de São Paulo	Corpos se acumulam em ruas de cidade invadida na RDC, e violência chega à capital; veja vídeo
28/01/2025	Istoé Independente	Rebeldes apoiados por Ruanda avançam no leste da RD do Congo após controlarem cidade-chave
28/01/2025	ANSA Brasil	Guerra no leste do Congo coloca laboratório de Ebola em risco
28/01/2025	CNN Brasil	Embaixada do Brasil na República do Congo é alvo de ataques
28/01/2025	Gazeta do Povo	Itamaraty diz que Embaixada do Brasil foi atacada no Congo
28/01/2025	Brasil de Fato	Combates entre exército e grupo paramilitar aumentam insegurança no leste da República Democrática do Congo
28/01/2025	UOL Noticias	Embaixada do Brasil é atacada na República Democrática do Congo; entenda o conflito
28/01/2025	Estadão	ONU nomeia general brasileiro para comandar força de combate em meio aos conflitos no Congo
29/01/2025	InfoMoney	Genocídio, minerais, embaixadas invadidas: entenda o que está acontecendo no Congo
29/01/2025	CNN Brasil	Rebeldes dizem ter capturado maior cidade do leste da RD Congo
29/01/2025	CNN Brasil	O que está acontecendo na RD Congo e por que há conflitos no país?
29/01/2025	Alma Preta Jornalismo	Estava um caos’: brasileiro que fugiu de Goma relata conflito na RDC e tenta resgatar grupo de crianças
29/01/2025	Brasil de Fato	Ocidente usa Ruanda para saquear minerais no Congo e produzir tecnologia, denuncia ativista pan-africanista
29/01/2025	CNN Brasil	Manifestantes da RD Congo atacam embaixadas na capital em escalada de crise
29/01/2025	CNN Brasil	O que é o M23, grupo rebelde da RD Congo que avança sobre cidades no país
29/01/2025	CNN Brasil	Presidente de Ruanda diz que concorda com EUA sobre cessar-fogo na RD Congo
29/01/2025	Gazeta do Povo	ONU nomeia general brasileiro para tentar pacificar o Congo
29/01/2025	ICL Notícias	Embaixada do Brasil é atacada na República Democrática do Congo
29/01/2025	Veja	Embaixada do Brasil na República Democrática do Congo é atacada em meio a rebelião
29/01/2025	Agência Brasil	Diversas embaixadas, dentre elas a do Brasil, são atacadas no Congo
29/01/2025	CNN Brasil	Crise na RD Congo: Vídeo mostra saques a supermercado na capital
29/01/2025	Gazeta do Povo	Santos Cruz se diz frustrado com atuação da ONU no Congo
29/01/2025	CNN Brasil	ONU nomeia brasileiro para chefiar missão na RD Congo em escalada de crise
29/01/2025	Folha de São Paulo	ONU nomeia brasileiro para comandar missão na RDC em meio a conflito em Goma
29/01/2025	CNN Brasil	RD Congo: Rebeldes do M23 avançam para nova cidade após conquista de Goma
29/01/2025	BNC Amazonas	Embaixada brasileira é atacada em Kinshasa, no Congo
29/01/2025	Folha de São Paulo	Manifestantes atacam embaixada do Brasil em protesto na República Democrática do Congo
29/01/2025	UOL Notícias	Manifestantes atacam embaixada do Brasil na República Democrática do Congo
29/01/2025	SBT News	Embaixada do Brasil na República do Congo é atacada
29/01/2025	Jornal Panorama Minas	Embaixada do Brasil é atacada em Kinshasa, na República Democrática do Congo; Itamaraty manifesta preocupação
29/01/2025	CNN Brasil	Refugiados chegam a Ruanda em busca de segurança
29/01/2025	Carta Capital	Embaixada brasileira na República Democrática do Congo é atacada em meio à escalada de violência

A publicação de reportagens se intensifica em conjunturas como as ofensivas promovidas por grupos opositores ao governo congolês, frequentemente apoiados por Ruanda em razão das circunstâncias de constituição do Estado congolês e suas relações sócio-históricas com países vizinhos e grupos tribais. As ameaças a uma certa ordem estabelecida são interpretadas de acordo com a intensidade do conflito. Essa seletividade evidencia um critério implícito de relevância – selecionando não apenas o que acontece, mas quem é atingido. Ataques a órgãos institucionais ou a países com prestígio geopolítico tendem a ser noticiados – como a ofensiva contra a embaixada brasileira, em janeiro de 2025.

Outro aspecto importante é a forma como a mídia brasileira representa os envolvidos no conflito. Os grupos armados que se opõem ao governo congolês são frequentemente rotulados como “rebeldes”. No **Quadro 1**, em seis manchetes constam essa palavra, o que implica uma relação de poder entre dominadores e dominados. Nesse caso, os dominados resistem a um poder hegemônico sustentado por alianças, ameaçando a ordem e o *status quo*. Assim, há uma tomada de posição dos veículos de comunicação que precisa ser ocultada para ativar o funcionamento dos sentidos estabelecidos para os sujeitos em conflito.

A recorrência de “pacificação” e seus efeitos de sentido nas coberturas jornalísticas também merece atenção. Existe uma tensão entre a ONU, geralmente representada como propagadora da paz – mesmo que seja atravessada por relações de poder internas e interesses políticos –, e o Estado congolês e os grupos opositores, associados à instabilidade e à violência. A nominalização da “pacificação” apaga as relações de poder que estão em jogo: quem pode pacificar e quem é pacificado é uma questão que deve ser esquecida na ordem discursiva.

Essa lógica binária que contrasta a paz à violência é a mesma que diferencia diplomacia e força. A diplomacia é enunciada como o caminho legitimado institucionalmente por democracias, em contraste com o uso da força bélica. No entanto, trata-se de uma representação, cuja aparência de verdade é atribuída por construções enunciativas: a diplomacia produz significados e influencia decisões com efeitos tão incisivos quanto os de uma intervenção militar. Trata-se da força da palavra.

Além disso, destaca-se a menção a Donald Trump, então presidente dos Estados Unidos. Desse modo, as reportagens reforçam a posição diplomática histórica como potência internacional que intervém diplomaticamente e militarmente em conflitos nos países que foram colonizados outrora; nos quais, no entanto, a dominação de forças hegemônicas perdura. Novamente são apagadas as relações de poder e aciona-se o funcionamento discursivo a partir dos enunciados sobre os Estados Unidos como potência intermediadora de tensões externas. As mesmas representações aparecem no **Quadro 2**.

Quadro 2. Clipping de notícias, através do Google News, com as principais manchetes sobre o acordo de paz entre República Democrática do Congo e Ruanda, datadas do período entre 26 e 30 de junho de 2025. Elas foram selecionadas pelo comando de busca: “*República Democrática do Congo*” AND Ruanda AND conflito site:.br after:2025-06-26 before:2025-06-30. Fonte: autores(as)

Data	Veículo	Manchete
26/06/2025	Alma Preta Jornalismo	Kalemie: cidade congoleza vive na rota da guerra e à espera do acordo de paz
27/06/2025	Veja	Ruanda e República Democrática do Congo assinam histórico acordo de paz nos EUA
27/06/2025	Crusoé	Com mediação dos EUA, Congo e Ruanda assinam acordo de paz
27/06/2025	Folha de São Paulo	Ruanda e República Democrática do Congo assinam acordo para encerrar conflitos
27/06/2025	Agência Brasil	Ruanda e Congo assinam acordo de paz mediado pelos Estados Unidos
27/06/2025	CNN Brasil	EUA mediam acordo de paz entre Ruanda e RD Congo, mas trégua é incerta
27/06/2025	Opera Mundi	Ruanda e República Democrática do Congo assinam acordo de paz
27/06/2025	Terra	Ruanda e Congo assinam acordo de paz nos EUA para pôr fim a conflitos e atrair investimentos
27/06/2025	SBT News	Trump negocia acordo entre Ruanda e Congo e prevê cessar-fogo em Gaza na próxima semana
27/06/2025	Istoé Independente	Ruanda e RDC assinam acordo em Washington para encerrar conflito
27/06/2025	Gazeta do Povo	Trump celebra trégua na África e promete paz para Gaza
27/06/2025	Alma Preta Jornalismo	RDC e Ruanda assinam acordo de paz sob supervisão dos Estados Unidos
27/06/2025	Alma Preta Jornalismo	Conflitos com execução de civis seguiram no leste da RD Congo na semana em que se assina o acordo de paz
28/06/2025	Carta Capital	Ruanda e República Democrática do Congo assinam acordo para encerrar conflito
28/06/2025	Terra	RD Congo e Ruanda assinam acordo de paz mediado pelos EUA
28/06/2025	Estadão	Ruanda e RD Congo assinam acordo mediado por Trump para encerrar guerra sangrenta na África
28/06/2025	GZH	União Africana classifica acordo entre RDC e Ruanda como ‘passo importante’ rumo à paz
30/06/2025	Alma Preta Jornalismo	Análise: Ruanda e EUA são os vitoriosos do acordo de paz com a RD Congo
30/06/2025	UOL Notícias	Acordo de paz entre Ruanda e RDC ‘abre caminho para nova era de estabilidade’, diz presidente congolês
30/06/2025	TV Brasil	República Democrática do Congo e Ruanda assinam acordo de paz
30/06/2025	GZH	Acordo de paz entre Ruanda e RDC ‘abre caminho para nova era de estabilidade’, diz presidente congolês
30/06/2025	Máquina do Esporte	República Democrática do Congo se inspira em rival Ruanda e passa a patrocinar Milan e Monaco
30/06/2025	Combate Racismo Ambiental	‘Pedimos ao povo brasileiro que se interesse sobre a guerra na RD Congo’, apela embaixador

Nesse enquadramento, dois países historicamente fragilizados por disputas de poder, marcadas por processos de colonização e dificuldades na consolidação da soberania nacional, são colocados em contraposição aos agentes da paz e da ordem. Essa construção de sentidos aponta para uma figura messiânica do governo dos Estados Unidos, supostamente capaz de encerrar guerras sangrentas e restaurar a estabilidade, enquanto os países africanos são significados como instáveis e violentos. Ao reiterar esses discursos, a imprensa contribui para a institucionalização de um discurso pacificador imperialista, legitimando sua verdade e reforçando sua dominação geopolítica sobre outros países.

4.2. Silêncio estratégico: o suicídio no metrô de São Paulo

No dia 30 de maio de 2025, a notícia de que um homem havia atado fogo ao próprio corpo espalhou-se rapidamente pelas redes sociais. Ao mesmo tempo, alguns veículos de comunicação noticiaram o fato, mas a cobertura não foi ampla. Desta vez, o silêncio foi uma escolha estratégica diante do risco de repetição desse acontecimento, envolvendo pessoas com transtornos psicológicos em locais públicos. Nesse caso, a base de significação são os enunciados precedentes ao acontecimento, de que a divulgação pode estimular a ocorrência de outros acontecimentos semelhantes. Apesar da pouca visibilidade, grandes meios de comunicação divulgaram a notícia. Como se observa no **Quadro 3**, a forma dos enunciados é semelhante: primeiro, o sujeito; depois, a ação; por fim, o local onde o fato ocorreu.

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
23º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa (PR) – Novembro de 2025

.....

Quadro 3. Clipping de notícias, através do Google News, com as principais manchetes sobre o incêndio de um homem no metrô de São Paulo. Elas foram selecionadas pelo comando de busca: "fogo" AND "metrô" AND "São Paulo" when:2025-05-30. Fonte: autores(as).

Data	Veículo	Manchete
30/05/2025	CBN	Idoso ateia fogo ao próprio corpo na estação São Bento do metrô em São Paulo
30/05/2025	Folha de São Paulo	Homem coloca fogo no próprio corpo na estação São Bento, em SP
30/05/2025	Portal iG	Homem ateia fogo em si mesmo na estação São Bento, do metrô de SP
30/05/2025	Rádio Sampaio	[Vídeo] Homem põe fogo em si mesmo dentro de estação do metrô de São Paulo
30/05/2025	Aventuras na História	Passageiro ateia fogo em seu próprio corpo em estação de metrô em São Paulo
30/05/2025	O Dia	Homem coloca fogo no próprio corpo no Metrô de SP
30/05/2025	DOL	Homem ateia fogo em si mesmo e é salvo por agentes em São Paulo
30/05/2025	Contigo	Homem põe fogo em si mesmo dentro de estação do metrô de SP; veja detalhes
30/05/2025	THMais	Homem ateia fogo em próprio corpo na estação São Bento do metrô de SP; VÍDEO
30/05/2025	RIC	Homem em situação de rua pega fogo no metrô de São Paulo; veja vídeo
30/05/2025	Mix Vale	Homem ateia fogo ao próprio corpo na estação São Bento do metrô de São Paulo
30/05/2025	Folha de Curitiba	Homem tenta suicídio ao atear fogo no próprio corpo na estação São Bento do Metrô de SP
30/05/2025	Bahia.ba	Homem ateia fogo no próprio corpo na estação São Bento, em São Paulo
30/05/2025	Novo Momento	Homem ateia fogo ao corpo no metrô São Bento em SP
30/05/2025	Termômetro da Política	Homem ateia fogo no próprio corpo na estação de metrô São Bento, em São Paulo
30/05/2025	Sampi.net	Homem coloca fogo no próprio corpo na estação São Bento, em SP
30/05/2025	Surgiu	Homem ateia fogo ao próprio corpo no Metrô de São Paulo; veja vídeo
30/05/2025	Folha do Progresso	Vídeo: Homem coloca fogo no próprio corpo em estação do metrô de São Paulo
30/05/2025	CGN	Homem ateia fogo ao próprio corpo em estação de metrô: funcionários e passageiros intervêm
30/05/2025	Agência GBC	Homem ateia fogo no próprio corpo em estação de trem
30/05/2025	Takta	Homem ateia fogo ao próprio corpo em metrô de São Paulo
30/05/2025	Contilnet Notícias	Homem ateia fogo no próprio corpo em estação de metrô no centro de São Paulo
30/05/2025	Portal do Zacarias	CHOCANTE! Passageiro com corpo em chamas é salvo por agentes de metrô. VEJA VÍDEO
30/05/2025	AM Post	Homem ateia fogo no próprio corpo dentro de estação de metrô e assusta passageiros
30/05/2025	Linha Verdade	Homem em situação de rua ateia fogo em si mesmo em estação de metrô de São Paulo; veja vídeo
30/05/2025	Portal em Tempo	VÍDEO: Homem coloca fogo no próprio corpo em metrô
30/05/2025	Augusto Urgente - Jacobina Bahia	Homem ateia fogo no próprio corpo no metrô em São Paulo
30/05/2025	Portal Tucuma	IMAGENS FORTES: homem coloca fogo no próprio corpo em estação de metrô

Assim, poucos veículos grandes noticiaram o acontecimento e, quando o fizeram, seguiram um padrão discursivo bem definido, quase como uma fórmula. Contudo, há variações nessa estrutura em meios de menor alcance, cuja divulgação foi mais numerosa. Neste ponto, evidencia-se uma diferença importante: enquanto os grandes meios optaram por uma abordagem menos explícita, com poucas imagens, os pequenos recorrem ao uso de recursos como vídeos a fim de atrair interlocutores. Expressões como “[VÍDEO]”, “veja vídeo”, “veja detalhes” ou até mesmo “CHOCANTE!” são comuns. A caracterização do homem que se aniquilou como pessoa em situação de rua e a inclusão de outros sujeitos, como os agentes do metrô, também demonstram variações na produção discursiva e suas distinções com órgãos de imprensa maiores. A relevância do fato deve-se à sua dimensão espetacular, sem problematizar as motivações ou mesmo aproveitar o ocorrido para tratar de aspectos relativos ao envelhecimento ou à saúde mental.

Essa diferença revela a força da institucionalidade nos meios tradicionais, que seguem regras editoriais bem estabelecidas e definem critérios sobre *o que e como diz* – e *não diz* – a notícia. Já os veículos menores operam com pouca ou nenhuma regulação, aproximando-se da lógica das redes sociais, onde imagens e vídeos circulam mais livremente. Nesse ambiente, há uma institucionalidade diferente, caracterizada pelas definições das empresas de tecnologia que controlam as plataformas. O controle dos sentidos exercido pelas instituições impede a emergência de significados ou bloqueiam posições que podem vir a ser assumidas por sujeitos face aos acontecimentos.

4.3. Autocensura: o caso de racismo contra o jogador Luighi, no Paraguai

Em março de 2025, o jogador Luighi Hanri Sousa Santos, do Palmeiras, participou do campeonato sub-20 da Copa Libertadores da América (Conmebol), em uma partida contra o Cerro Porteño, do Paraguai, quando foi vítima de um ato racista cometido por um torcedor, que imitou um macaco. Após o jogo, durante a coletiva de imprensa, ao ser questionado por um repórter sobre a sensação de ter vencido a partida, ele respondeu, chorando:



Não, não, não. É sério isso? Isso não é um ato de racismo, o que fizeram comigo? É sério? Até quando a gente vai passar por isso? Até quando? Me fala, até quando a gente vai passar por isso? O que fizeram comigo foi um crime, porra. Você não vai perguntar isso? Você vai perguntar sobre o jogo, mesmo? A Conmebol vai fazer o que sobre isso? A Conmebol vai fazer o que sobre isso? A CBF (Confederação Brasileira de Futebol), sei lá. Você não vai perguntar sobre isso? Não ia, né? Você não ia perguntar sobre isso. O que fizeram comigo foi um crime, pô. A gente é formação. Aqui é formação, pô. A gente tá aprendendo aqui (GLOBO, 2025).

Os enunciados de Luighi rompem o silêncio do repórter e proporcionam deslocamentos discursivos: ele enuncia o que não foi perguntado, confrontando a omissão. No final, o silêncio se inverte – o repórter permanece calado, tanto ao deixar de abordar o racismo quanto ao não reagir à declaração do jogador sobre sua (não) pergunta. Esse duplo silêncio expõe uma estrutura racial histórica que sustenta a hegemonia do discurso branco, legitimado social e institucionalmente. O jornalismo, nesse contexto, não está à parte dessa lógica.

O silêncio do repórter significa, já que o jornalismo visibiliza ou invisibiliza os fatos e seus significados. Nesse caso, a escolha de não tocar no assunto do racismo sofrido pelo jogador reforça essa invisibilidade. Porém, não apenas o silêncio do repórter foi posto em xeque: o questionamento de Luighi sobre as possíveis ações da Conmebol e da CBF também descredibiliza essas instituições diante da recorrente impunidade nesses casos. Afinal, o racismo no futebol não é novidade. Ao não abordar o racismo, o repórter e os veículos reafirmam a rede de sentidos que invisibiliza esses casos, tratando-os como parte não relevante do evento esportivo. Desse modo, outros sentidos são impedidos de emergir. Romper o silêncio permite a instauração de sentidos, que na conjuntura brasileira devem ser esquecidos ou silenciados.

A repetição das perguntas feitas por Luighi evidencia a necessidade que o sujeito negro ainda tem de reiterar certos discursos que o tiram de uma posição de marginalização, significando os ataques sofridos como crimes. Ela também revela sua vulnerabilidade social, uma vez que o futebolista foi subjugado em duas ocasiões distintas: primeiro, pelo torcedor que o atacou com ofensas racistas; depois, pelo repórter, que, em vista de uma autocensura motivada por uma lógica social preponderante, silenciou o ocorrido. Portanto, ao deixar de reconhecer o racismo, a imprensa contribui

para a manutenção das relações de poder que historicamente vulnerabilizam a população negra.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, pudemos observar o funcionamento do silêncio como parte do processo de significação jornalística e a prevalência de efeitos de sentidos em detrimento de outras significações possíveis e que se relacionam com as formações discursivas dominantes. Na cobertura do conflito de longa duração entre a República Democrática do Congo e Ruanda, as posições assumidas no noticiário se relacionam à intermitência da cobertura e sua ausência nos veículos de comunicação. Os valores-notícia acabam por reger a ordem da emergência dos fatos na mídia. A sustentação narrativa e de posições assumidas no noticiário depende do silenciamento de aspectos históricos, étnicos e geopolíticos, que reproduzem a ordem do poder global e ressaltam o papel das instâncias políticas mediadoras num contexto de violência generalizada em que a oposição é denominada de ‘rebelde’. Produz-se dessa forma um efeito de verdade obtido pela reiteração narrativa do conflito nas reportagens analisadas.

No caso do suicídio no metrô de São Paulo, nota-se a formação de perspectivas diversas relacionadas ao grau de institucionalidade dos veículos que divulgaram a informação. A circulação dessa informação em redes sociais e veículos de menor porte tornou-se apelativa e sem limites éticos claramente definidos. Já veículos com regras editoriais bem definidas optaram pelo silêncio estratégico para não estimular tais atos ou por conferir espaço editorial menor sem espetacularizar o acontecimento, diferenciando suas práticas da circulação indiscriminada de informações.

O silêncio sobre racismo contra o jogador Luighi teve de ser rompido pelo próprio jogador, que instaura um outro sentido para a cobertura que se pretendia apenas esportiva. O acontecimento não visto, não significado demonstra um funcionamento sociodiscursivo que invisibiliza as situações de racismo, naturalizadas na rotina produtiva e na autocensura realizada pelo repórter. Há um bloqueio que se mantém para uma tomada de posição antirracista. A ruptura deste silêncio é um ato de resistência e de instauração de sentidos que, de certa forma, abalam a formação discursiva hegemônica, na qual o racismo é um fato menos importante do que a cobertura do evento esportivo.

As formas do silêncio identificadas integram também o funcionamento das redes digitais regidas por algoritmos, que administram a memória discursiva, porém alimentam o imaginário de que tudo pode e deve ser dito como se o silêncio não fosse mais constitutivo do dizer e das práticas jornalísticas. Em síntese, o silêncio nos casos abordados pode ser compreendido como parte do jogo de forças que se estabelece no embate entre as várias formações discursivas na esfera pública digital.

Referências

- AMRUTE, S. Thinking the Unthinkable in AI: Four Hegemonic Ways of Seeing AI and Five Majority World Ways to Move Beyond Them. **Antipode**, 2025. Disponível em <https://doi.org/10.1111/anti.70051>
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRAGA, J. L. Nem rara, nem ausente – tentativa. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 1, p. 65–81, 2011. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v4i1p65-81. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/38276>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- BRASIL. **Presidência da República**. Conheça a linha do tempo da tragédia de Mariana (MG) (2024). Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/novo-acordo-do-rio-doce/conheca-a-linha-do-tempo-da-tragedia-de-mariana-mg>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- FIGARO, R. Datificação das materialidades sensíveis: captura das atividades cotidianas de trabalhadores da comunicação. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**. Vol. 157, 273 a 287; 2024.
- GLOBO. **Luighi, do Palmeiras, sofre ofensa racista no Paraguai e desabafa**: “O que fizeram foi um crime”. 6 mar. 2025. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/times/palmeiras/noticia/2025/03/06/luighi-do-palmeiras-sofre-ofensa-racista-no-paraguai-e-desabafa-o-que-fizeram-foi-um-crime.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- GÓES, C. **O jornalismo e a experiência do visível: teoria, método e estudo de caso**. Curitiba: Appris, 2022.
- GREGOLIN, M. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação Mídia e Consumo**, [S. l.], v. 4, n. 11, p. 11–25, 2008. DOI: 10.18568/cmc.v4i11.105. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/105>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- INDURSKY, F. O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. In: FLORES, G.; GALLO, S.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N.; ZOPPI-FONTANA, M. (org.) **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. V. 3. Campinas: Pontes, 2017. p. 73-87.

LAGE, L. Notas sobre narrativa e acontecimento jornalístico. In.: LEAL, B.S; CARVALHO, C.A. (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 227-245.

VENÍCIO LIMA, A. **Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire**. 2ª ed. rev. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Fundação Perseu Abramo, 2011.

MONAGREDA, J.K. Por que falar de raça quando falamos de dados pessoais, inteligência artificial e algoritmos? In: GONÇALVES, Adriana; TORRE, Luísa; MELO, Paulo Victor (org.). **Inteligência Artificial e Algoritmos: desafios e oportunidades para os media**. Covilhã: Labcom Books, 2024. p. 103-134.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J... Plataformização. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos** 22(1):2-10 janeiro/abril 2020. Unisinos – DOI: 10.4013/fem.2020.221.01.

NICOLETTI, J.; FIGARO, R. Plataformização do trabalho dos jornalistas: uma outra face da precarização. **Anais da SBPJor**. Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003131079.pdf>.

NONATO, C; BULLA, O; FIGARO, R. O silêncio como prescrição para o trabalho do jornalista. **ALCEU**, [S. l.], v. 16, n. 33, p. 5–18, 2016. DOI: 10.46391/ALCEU.v17.ed33.2016.148. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/148>.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto**. Campinas, Pontes Editora, 2008.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PAVEAU, M.A; SARFATI, G.E. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

TCHINHAMA, L; SANTOS, J. República Democrática do Congo em foco. **Dossiê de Conflitos Contemporâneos**, v. 1, n. 1, p. 1-26, jun./set. 2020. ISSN 2763-6518.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são?** Vol. 1. Florianópolis: Editora UFSC, 2005.

WAINBERG, J.A. Silêncio e a Comunicação Dissidente. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 195–214, 2017. DOI: 10.29146/eco-pos.v20i1.2528. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2528. Acesso em: 2 ago. 2025.

WOLF, M. **As teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.